



Câmara Municipal de Condado



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DE PREPARAÇÃO, EXPORTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS (TCE), PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB.**

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: A Câmara Municipal de Lagoa-PB necessita contratar uma empresa especializada para a prestação de serviços técnicos administrativos relacionados à preparação, exportação e alimentação dos sistemas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do Portal da Transparência. Essa contratação visa garantir a conformidade com as normativas legais, assegurar a transparência dos processos administrativos e atender às exigências dos órgãos fiscalizadores. A necessidade da contratação decorre da obrigatoriedade de transmissão regular de informações relativas a processos licitatórios e contratações públicas, conforme legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A ausência de cumprimento dessas normativas pode acarretar penalidades e prejudicar a transparência e credibilidade da gestão pública municipal. Benefícios Esperados: Transparência: Melhor acessibilidade e publicidade dos atos administrativos e licitatórios; Conformidade Legal: Atendimento às legislações vigentes, evitando penalizações; Eficiência Administrativa: Agilidade e segurança na gestão documental; Suporte Especializado: Assistência técnica para os servidores da Câmara, promovendo capacitação e melhoria dos processos internos. A contratação da empresa especializada se faz necessária para garantir a correta exportação e alimentação dos sistemas obrigatórios, assegurando que a Câmara Municipal de Lagoa-PB cumpra integralmente suas obrigações legais e promova a transparência na administração pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de Condado



2.2. Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0. DO SERVIÇO

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DE PREPARAÇÃO, EXPORTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS (TCE), PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB.</p> <p>Exportação e Prestação de Contas no TCE/PB:</p> <ul style="list-style-type: none">Exportação e alimentação de dados e documentos essenciais de todos os processos licitatórios no sistema do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), incluindo a geração e arquivamento dos comprovantes de envio.Realização de monitoramento contínuo para garantir que todos os documentos exigidos sejam enviados no prazo e em conformidade com as normativas vigentes. <p>Exportação para o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):</p> <ul style="list-style-type: none">Exportação completa de todas as etapas dos processos licitatórios, abrangendo suas fases (Editais, Resultados e Contratos), para o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).	Mensal	9



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de Condado



- As exportações devem ser realizadas em tempo hábil, com vistas a assegurar o cumprimento da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior eficiência, transparência e uniformidade nas contratações públicas.

Exportação para o Portal da Transparência:

- Alimentação contínua do Portal da Transparência do Município, com todas as informações referentes às licitações e contratos em suas diversas fases.
- Garantia de conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assegurando que os dados sejam apresentados de forma clara, acessível e organizada para a população.

DIGITALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS:

- Digitalização de todos os processos licitatórios da Câmara Municipal, com a separação das partes em arquivos específicos, atendendo às exigências dos sistemas envolvidos.
- Os arquivos devem ser entregues em formato PDF pesquisável, devidamente nomeados e organizados conforme a nomenclatura padrão previamente acordada com a Câmara Municipal.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- O serviço deverá ser executado com rigor técnico e atenção às normas vigentes, garantindo a integridade, a segurança e a conformidade das informações exportadas.
- É responsabilidade da empresa contratada assegurar backups dos documentos digitalizados e exportados, visando prevenir perdas ou inconsistências nos dados.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de Condado



4.0. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estar presente a situação prevista no inciso IV, do Art. 49, todos da Lei 123/06: Licitação inexigível - Art. 74, III, alínea c, da Lei 14.133/21.

4.2. No processo, portanto, deverá ser considerado quaisquer executante em potencial que se enquadre nos requisitos da norma para as hipóteses de inexigibilidade de licitação, inclusive as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de Condado



6.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

7.1.1. Início: Imediato;

7.1.2. Conclusão: 9 (nove) meses.

7.2. A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

8.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de Condado



8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do fornecedor, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de Condado



12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com



Câmara Municipal de
Condado



compensação financeira, assim apurado: $I = (TX + 100) + 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Condado-PB, 1º de Abril de 2025.

Maria Solange Vieira do Nascimento

MARIA SOLANGE VIEIRA DO NASCIMENTO

Secretária Executiva



CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO-PB

CNPJ: 24.508.889/0001-80

Praça Antônio de Sá Leite, SN, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000

Telefone: (83) 3438-1111

Site: condado.pb.leg.br - E-mail: cm.poderlegislativo.condadopb@gmail.com